



[Resenhas]

Natureza e não-valorização no capitalismo: uma leitura de “Free Gifts: Capitalism and the politics of nature”

Nature and non-valorization in capitalism: a reading of “Free Gifts: Capitalism and the politics of nature”

Júlia Thurler Borges¹

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: ju.thurler@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3329-9279>.

Resenha recebida em 31/03/2026 e aceita em 13/04/2026.



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Resumo

Esta resenha analisa o livro *Free Gifts: Capitalism and the Politics of Nature*, de Alyssa Battistoni, situando sua contribuição no interior do debate contemporâneo sobre capitalismo e natureza. Argumenta-se que, ao enfatizar a não-valorização, a autora tende a obscurecer as mediações sociais específicas que organizam historicamente a relação entre sociedade e natureza. A partir do diálogo entre a relação sociedade e natureza com o problema da expropriação, a resenha sugere que a dinâmica capitalista envolve não apenas processos de invisibilização, mas também a contínua incorporação e mercantilização de novas dimensões da natureza. Nesse sentido, a principal contribuição do livro reside na explicitação das condições materiais invisibilizadas da reprodução capitalista, ainda que seus limites indiquem a necessidade de uma análise mais centrada nas mediações sociais da acumulação.

Palavras-chave: Natureza; Ecologia marxista; Expropriação.

Abstract

This review analyzes *Free Gifts: Capitalism and the Politics of Nature* by Alyssa Battistoni, situating its contribution within contemporary debates on capitalism and nature. It argues that, by emphasizing processes whose material significance does not appear in the form of value, the author tends to obscure the specific social mediations that historically organize the relationship between society and nature. Drawing on the relationship between nature and society in dialogue with the problem of expropriation, the review suggests that capitalist dynamics involve not only processes of invisibilization but also the continuous incorporation and commodification of new dimensions of nature. In this sense, the book's main contribution lies in making visible the material conditions of capitalist reproduction, even as its limitations point to the need for an analysis more centered on the social mediations of accumulation.

Keywords: Nature; Marxist ecology; Expropriation.



1. Introdução

Nos últimos anos, a intensificação da crise climática tem provocado um deslocamento significativo nas discussões da teoria social contemporânea, levando a um renovado interesse pelas relações entre capitalismo, natureza e formas históricas de dominação socioecológica. Nesse contexto, uma série de obras recentes tem buscado rearticular o debate marxista sobre a natureza, procurando compreender não apenas os limites ecológicos da acumulação capitalista, mas também as formas específicas pelas quais o capitalismo organiza materialmente a relação entre sociedade e mundo natural. É nesse campo que se insere *Free Gifts: Capitalism and the Politics of Nature*, de Alyssa Battistoni (2025), uma obra que procura reconstruir, a partir de uma leitura da economia política clássica e de sua crítica por Marx (2023), o conceito de “free gift of nature” como categoria central para compreender a forma especificamente capitalista de apropriação da natureza.

O ponto de partida do livro é a ideia de que o capitalismo trata determinados elementos da natureza como “dádivas gratuitas”, isto é, como condições materiais indispensáveis ao processo de produção que não aparecem sob a forma de valor. Trata-se de uma disjunção estrutural entre utilidade material e reconhecimento econômico, na qual processos essenciais à produção permanecem economicamente “inexistentes” no interior da forma valor. A partir dessa formulação, Battistoni (2025) desloca uma questão clássica da economia política, a condição da natureza na produção, para uma investigação sobre como a natureza aparece nas formas sociais específicas do capitalismo. Esse deslocamento permite à autora sustentar que o capitalismo não pode ser compreendido apenas como um sistema de mercantilização generalizada, mas também como um regime que depende estruturalmente de zonas de não-valorização. Nesses espaços, processos naturais e sociais permanecem fora da forma valor ao mesmo tempo em que sustentam a dinâmica da acumulação. O conceito de *free gift* designa, assim, esse conjunto de condições materiais indispensáveis que não se apresentam imediatamente na forma de preço ou salário.

A partir dessa chave analítica, Battistoni (2025) amplia significativamente o alcance do conceito, incluindo não apenas elementos da natureza não humana, mas também formas de cooperação social e trabalho reprodutivo. O *free gift* passa a designar, portanto, uma lógica mais geral de invisibilização de condições materiais da reprodução



da vida, articulando debates sobre natureza, reprodução social e metabolismo socioecológico. A autora reconstrói brevemente o conceito de “dom” na teoria social, distinguindo entre abordagens que o interpretam como gesto sem reciprocidade e aquelas que o compreendem como forma de troca socialmente estruturada. O *free gift* capitalista, no entanto, não corresponde a nenhuma dessas tradições: ele não envolve reciprocidade, nem se baseia em um ato de doação, mas designa uma forma estrutural de apropriação mediada pelas formas econômicas dominantes.

A ambição teórica do livro é dupla: por um lado, reconstruir a categoria de dádiva gratuita como ferramenta analítica para compreender os limites da mercantilização; por outro, utilizá-la para reinterpretar debates contemporâneos sobre externalidades ambientais, reprodução social e metabolismo ecológico.

É a partir dessa tensão que se orienta a crítica desenvolvida nesta resenha. O argumento central é que a categoria de *free gift*, tal como formulada por Battistoni, tende a obscurecer algumas mediações fundamentais da teoria marxista da sociabilidade da natureza, especialmente aquelas relacionadas ao problema da expropriação e à centralidade da teoria do valor. Ao enfatizar a não-valorização de determinados processos, a autora desloca parcialmente o foco da violência histórica que estrutura a expansão capitalista.

Para desenvolver essa crítica, o texto está organizado em três momentos: primeiro, reconstrói a arquitetura teórica do conceito de *free gift*; em seguida, situa essa proposta no interior dos debates do marxismo ecológico contemporâneo; por fim, mobiliza contribuições recentes da teoria social para discutir os limites do materialismo monista e suas implicações para a análise das relações entre capitalismo e natureza.

2. Construção do conceito de Free Gift

Na introdução do livro, a autora apresenta a intuição central do seu argumento, a existência de uma disjunção estrutural entre utilidade material e valor econômico. Os capítulos iniciais do livro se dedicam a reconstruir genealogicamente essa ideia no interior da tradição da economia política com o objetivo de demonstrar que a noção de “dádivas gratuitas da natureza” não constitui uma metáfora ocasional, mas uma categoria recorrente no pensamento econômico moderno. Ao retomar a economia política clássica



sob a lente de Marx, Battistoni demonstra que a natureza funciona como força produtiva que entra no processo sem custo para o capital. Essa formulação permite explicitar uma distinção fundamental entre aquilo que entra na forma valor e aquilo que, embora indispensável à produção material, permanece fora da valorização econômica. É nesse ponto que a autora mobiliza a leitura de Marx, especialmente sua discussão sobre a renda da terra, para sustentar que a natureza pode funcionar como uma “dádiva gratuita”, isto é, como um conjunto de forças produtivas que entram no processo de produção sem custo para o capital.

Enquanto o valor de troca é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, a natureza possui utilidade material sem produzir valor nesse sentido estrito, fazendo com que elementos naturais possam aumentar a produtividade do trabalho e reduzir custos de produção sem serem adicionados ao cálculo na forma de salário ou preço. A partir dessa formulação, Battistoni sustenta que a separação entre trabalho humano assalariado e natureza constitui uma característica estrutural do capitalismo. O trabalho humano entra na forma valor e se torna a medida da riqueza social, enquanto a natureza aparece como seu contraponto: um conjunto de forças produtivas não remuneradas, indispensáveis à produção, mas economicamente invisíveis.

Esse argumento permite reinterpretar debates contemporâneos sobre externalidades ambientais ao sugerir que o capitalismo depende de processos que permanecem fora da forma valor, de modo que a utilização intensiva de elementos naturais não contabilizados como custo não constitui uma anomalia, mas uma característica constitutiva do sistema. Ao recusar uma leitura que reduz a crise ecológica a imperfeições de mercado, a autora insere o problema no nível das formas sociais que organizam a produção.

3. Free Gift, natureza e liberdade coletiva

Após estabelecer os fundamentos conceituais do *free gift*, Battistoni (2025) desloca o foco da análise ao introduzir o problema da liberdade, permitindo a autora situar a questão ecológica no interior de um debate mais amplo sobre os valores normativos que estruturam a crítica ao capitalismo. Ela parte da observação de que muitas abordagens contemporâneas da crise ecológica assumem duas formas recorrentes: uma crítica moral



da destruição da natureza e uma crítica tecnocrática baseada na noção de externalidades. A primeira tende a pressupor uma concepção relativamente estável da natureza como portadora de valor intrínseco; a segunda reduz o problema ecológico a falhas de mercado corrigíveis por regulação. Para Battistoni, ambas são insuficientes, pois deixam de interrogar as formas sociais que organizam a relação entre sociedade e natureza.

Para escapar dessas limitações, a autora propõe recolocar o problema ecológico a partir da categoria de liberdade. Nesse contexto, ela mobiliza o contraste entre duas tradições da teoria política do século XX: de um lado, uma concepção associada à coordenação descentralizada via mercado, na qual a liberdade é entendida como ausência de coerção nas decisões individuais; de outro, o existencialismo, uma concepção que enfatiza a dimensão coletiva da liberdade, entendida como a capacidade de determinar socialmente as condições da própria existência. O argumento central é que o capitalismo tende a restringir essa dimensão coletiva da liberdade ao organizar a produção por meio de mecanismos impessoais, deslocando decisões fundamentais, como o uso de recursos naturais e a distribuição de riscos ambientais, para processos que escapam à deliberação política.

Nesse quadro, o conceito de *free gift* adquire uma função normativa específica: processos ecológicos e sociais que sustentam a vida tornam-se pressupostos invisíveis da produção, limitando a possibilidade de sua problematização política. A crítica ecológica do capitalismo de Battistoni, nessa perspectiva, envolve a recuperação da capacidade coletiva de decidir sobre o uso da natureza. A “política da natureza” refere-se precisamente à possibilidade de tornar visíveis e contestáveis as formas pelas quais o capitalismo organiza essas relações.

Nos capítulos seguintes, Battistoni amplia o conceito de *free gift* ao incluir não apenas elementos da natureza não humana, mas também formas de trabalho e cooperação social que permanecem fora da valorização econômica. A autora se articula à Teoria da Reprodução Social ao localizar o trabalho reprodutivo como o exemplo mais evidente desse movimento: atividades indispensáveis à reprodução da força de trabalho que, embora centrais para a acumulação, não aparecem sob a forma de trabalho remunerado, sugerindo que existe uma analogia estrutural entre esses processos. Assim como a natureza pode ser mobilizada como condição gratuita da produção, também determinadas formas de trabalho social são tratadas como externalidades. Essa



ampliação permite construir uma teoria mais abrangente das condições materiais da acumulação capitalista.

No entanto, ela também introduz uma dificuldade importante. Ao reunir sob a mesma categoria fenômenos distintos como processos ecológicos e trabalho reprodutivo, o conceito de *free gift* tende a se tornar excessivamente abrangente, exigindo uma explicitação mais precisa das mediações que conectam essas diferentes dimensões. A parte central do livro amplia significativamente o alcance dessa categoria, utilizando-a como chave para compreender as condições materiais da reprodução capitalista. O movimento conceitual é claro: se o capitalismo depende de processos que não são contabilizados como custos de produção, então sua reprodução está ancorada em um conjunto mais amplo de condições materiais que permanecem fora da valorização. A natureza deixa de aparecer apenas como recurso explorado e passa a ser compreendida como uma condição estrutural da acumulação.

Essa ampliação permite a Battistoni construir uma teoria mais abrangente das condições materiais do capitalismo, deslocando a análise para além da exploração do trabalho assalariado ao mesmo tempo que oferece uma nova leitura da crise ecológica. Em vez de compreendê-la como resultado de externalidades, a autora a inscreve na própria estrutura da produção capitalista, que depende sistematicamente de processos não valorizados.

4. Sociabilidade da natureza, expropriação e os limites do materialismo monista

A reconstrução do argumento desta obra permite reconhecer a relevância da contribuição de Battistoni para o debate contemporâneo sobre capitalismo e natureza ao recuperar a categoria de “dádivas gratuitas da natureza” presente na tradição da economia política, oferecendo uma formulação sofisticada de um problema central da crítica ecológica do capitalismo: a dissociação estrutural entre utilidade material e valor econômico. Embora dependa profundamente de processos naturais e sociais que sustentam a reprodução da vida, o capitalismo tende a tratar esses processos como economicamente inexistentes.

No entanto, a maneira pela qual Battistoni (2025) amplia progressivamente o conceito de *free gift* também levanta algumas dificuldades teóricas importantes. Em particular, a tendência de tratar processos naturais e processos sociais como



manifestações equivalentes de uma mesma lógica de não-valorização aproxima o argumento do livro de uma concepção mais ampla de unidade ontológica entre sociedade e natureza. A própria autora caracteriza explicitamente sua abordagem como materialista monista, explicitando o fundamento ontológico do argumento de que a relação entre natureza e sociedade é pensada a partir de um princípio de unidade material fundamental, no interior do qual seres humanos, organismos vivos e processos físicos não vivos participariam de uma mesma substância e de uma mesma realidade física. Essa posição aproxima “Free Gifts: Capitalism and the Politics of Nature” de um conjunto mais amplo de correntes da teoria social contemporânea, como os novos materialismos ou a ecologia-mundo, que procuram superar o dualismo moderno entre natureza e sociedade por meio de uma ontologia material unificada.

Nessas perspectivas, as distinções entre processos naturais e processos sociais tendem a ser relativizadas em favor de uma análise mais abrangente das interações metabólicas que estruturam a reprodução da vida. Embora essa abordagem possua importantes méritos analíticos, sobretudo ao enfatizar a materialidade compartilhada entre humanos e não humanos, ela também levanta uma questão central para a teoria social: até que ponto a dissolução ontológica dessas distinções contribui efetivamente para compreender as formas historicamente específicas pelas quais o capitalismo organiza a relação entre sociedade e natureza?

Essa questão tem sido discutida por autores que procuram preservar a especificidade das mediações sociais na análise das relações socioecológicas, que defendem que muitas abordagens contemporâneas que procuram superar o dualismo entre natureza e sociedade acabam produzindo um efeito teórico paradoxal: ao dissolver as distinções entre processos naturais e processos sociais, elas podem obscurecer precisamente aquilo que torna o capitalismo historicamente específico, isto é, as formas sociais particulares que organizam a relação entre humanos e natureza (Malm, 2018; Zizek, 2017).

Essa crítica parte de uma observação relativamente simples: embora a produção material sempre envolva interações entre sociedade e natureza, essas interações são mediadas por formas sociais historicamente determinadas. No capitalismo, por exemplo, a relação com a natureza é organizada por instituições específicas como a propriedade privada, a forma-valor e a mercadoria que estruturam a maneira pela qual recursos naturais são apropriados, transformados e distribuídos.



Uma maneira de abordar esse problema consiste em recorrer à ideia de sociabilidade da natureza, explorada por Domingues (2024) em seus trabalhos mais recentes sobre mudança climática. Domingues insiste que a relação entre sociedade e natureza deve ser pensada a partir do reconhecimento daquilo que ele denomina a “insuperável externalidade da natureza”. A formulação é importante porque permite evitar dois movimentos teóricos opostos que frequentemente marcam o debate contemporâneo. De um lado, ela rejeita a ideia de uma separação absoluta entre sociedade e natureza, típica de leituras dualistas absolutas ou mecanicistas da modernidade. De outro, ele também recusa a dissolução completa dessas diferenças em uma ontologia monista que reduziria natureza e sociedade a manifestações indiferenciadas de um mesmo processo material.

A noção de externalidade da natureza procura justamente preservar essa tensão. A natureza participa constitutivamente da vida social e das formas históricas de produção; no entanto, ela nunca se torna completamente redutível às mediações sociais. Existe sempre um momento de exterioridade (ecológica, material e biofísica) que escapa à plena socialização. Pensada a partir dessa perspectiva, a relação entre sociedade e natureza aparece como uma relação historicamente mediada, mas nunca ontologicamente híbrida. Os seres humanos interagem com o mundo natural por meio de instituições, formas de produção e estruturas sociais específicas; ao mesmo tempo, porém, a natureza mantém uma dimensão de alteridade que resiste à completa subsunção pelas relações sociais.

Essa perspectiva permite recolocar em novos termos o problema das chamadas dádivas gratuitas da natureza. Se determinados processos naturais aparecem como economicamente gratuitos no interior do capitalismo, isso não significa que eles sejam simplesmente absorvidos pelas relações sociais de produção. Pelo contrário, sua condição de exterioridade relativa é precisamente aquilo que permite que sejam apropriados pelo capital sem que seus custos ecológicos apareçam plenamente na forma valor. Nesse ponto, a discussão pode ser aprofundada a partir do chamado teorema da expropriação, desenvolvido por Dörre (2022). Segundo esse argumento, a acumulação capitalista depende estruturalmente da produção contínua de novas fronteiras de expropriação. O capitalismo não se limita a explorar relações já existentes; ele também transforma continuamente relações sociais e ecológicas em novos objetos de expropriação.



Historicamente, esse processo assumiu diversas formas: cercamentos de terras comunais, colonização de territórios, privatização de recursos naturais e incorporação de novas regiões ao mercado mundial. Em cada um desses casos, a expansão do capitalismo envolveu formas específicas de violência que transformaram condições previamente comuns em recursos apropriáveis pelo capital. Essa dinâmica permanece central para compreender o capitalismo contemporâneo. Processos como a privatização da água, a mercantilização da biodiversidade ou a criação de mercados de carbono podem ser interpretados justamente como tentativas de transformar novas dimensões da natureza em objetos de valorização econômica.

Nesse contexto, torna-se possível reinterpretar o problema das dádivas gratuitas da natureza à luz da noção de externalidade da natureza em relação às formas sociais de produção, permitindo compreender por que determinados processos ecológicos podem aparecer simultaneamente como recursos gratuitos e como novos objetos de expropriação capitalista. Em outras palavras, a mesma exterioridade que possibilita sua apropriação aparentemente gratuita também abre espaço para processos recorrentes de expropriação e mercantilização. A natureza pode funcionar como *free gift* precisamente porque nunca se encontra completamente subsumida pelas relações sociais; mas é essa mesma exterioridade que torna possível sua transformação contínua em novos ativos econômicos.

Essa tensão torna-se particularmente evidente no contexto contemporâneo da financeirização da natureza. Nos últimos anos, instrumentos financeiros como créditos de carbono, títulos verdes, mercados de compensação entre outros têm procurado incorporar processos ecológicos complexos ao interior de circuitos de valorização financeira. Esses mecanismos procuram atribuir preços a serviços ecossistêmicos, sequestro de carbono ou conservação de biodiversidade, convertendo processos naturais em ativos negociáveis em mercados globais. A natureza deixa, assim, de aparecer apenas como uma condição externa da produção e passa a ser diretamente integrada às estratégias de valorização do capital financeiro (Lavinas, 2025).

Se, por um lado, o conceito de *free gift* enfatiza a não-valorização de determinados elementos naturais, por outro, existe hoje um movimento crescente de incorporação desses mesmos elementos à forma valor. Nesses casos, a natureza não aparece simplesmente como dádiva gratuita, mas como ativo financeiro negociável, o que sugere que a relação entre valorização e não-valorização é mais dinâmica e contraditória



do que o conceito de *free gift* tende a indicar, o que limita a compreensão das formas pelas quais a natureza é incorporada ou excluída dos processos de valorização.

Situada nesse campo mais amplo de tensões, ao enfatizar a lógica das dádivas gratuitas, o livro ilumina um aspecto importante da relação entre valor e natureza. Ao mesmo tempo, porém, sua perspectiva tende a deslocar parcialmente o foco analítico das formas históricas de expropriação e das mediações sociais que estruturam a expansão do capitalismo. Reconhecer essa tensão permite situar a obra em um diálogo mais amplo com diferentes tradições da teoria social contemporânea. A principal contribuição de “Free Gifts: Capitalism and the Politics of Nature” talvez resida na abertura de um campo de debate que permanece central para a teoria social contemporânea: o problema das condições materiais invisibilizadas pela economia política e seu papel na reprodução das formas históricas de dominação capitalista.

Referências bibliográficas

BATTISTONI, A. **Free Gifts: Capitalism and the Politics of Nature**. 1. ed. Princeton: Princeton University Press, 2025.

DOMINGUES, J.M. **Da pandemia à mudança climática**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2024.

DÖRRE, K. **Teorema da expropriação capitalista**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

MALM, A. **In wildness is the liberation of the world: On maroon ecology and partisan nature**. *Historical Materialism*, v. 26, n. 3, p. 3-37, 2018.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

MILANI, C.R.S.; HARDUIM, L; CASTRO, M. **Antropoceno, mudanças climáticas e ciências sociais no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2025.

ŽIŽEK, S. **Elementos para uma crítica do “novo materialismo”**. Ou, mais além de Latour, de volta a Hegel/trad. Grupo de Estudos em Antropologia Crítica. Máquina Crítica-Grupo de Estudos em Antropologia Crítica (MC-GEAC), v. 29, 2017.



Sobre a autora

Júlia Thurler Borges é doutoranda do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Créditos de autoria

A autora é a única responsável pela resenha.

Declaração sobre conflito de interesses

Não há possíveis conflitos de interesse na realização e comunicação das pesquisas.

Informações sobre financiamento

Esta pesquisa não foi realizada com apoio / financiamento.

Declaração de Disponibilidade de Dados

A disponibilidade de dados não se aplica a este artigo, pois nenhum dado/novo dado foi criado ou analisado neste estudo.

Declaração sobre o Uso de Inteligência Artificial

Não foi utilizada ferramenta de IA no desenvolvimento deste trabalho.

Editoras Responsáveis pela Avaliação e Editoração

Carolina Alves Vestena e Bruna Bataglia.

